

CONV 251/02

WG V 9

NOTA

de:	Secretariado
para:	Grupo de Trabalho (V) sobre as Competências Complementares
Assunto:	Nota de síntese da reunião de 6 de Setembro de 2002

Troca de impressões com Gisela Stuart, Presidente do Grupo de Trabalho sobre os Parlamentos Nacionais

Gisela Stuart resumiu os trabalhos do seu grupo, cuja reflexão comportava duas vertentes:

- a questão do controlo que cada parlamento exerce sobre o seu executivo, que não diz directamente respeito à União, cujo papel se deve limitar a tornar possível tal controlo;
- o seu papel em matéria de controlo da subsidiariedade a nível europeu, em que a questão central seria a de um mecanismo de alerta precoce (*early warning*) em que participariam os parlamentos nacionais.

G. Stuart especificou que o seu grupo não abordou as questões relativas à COSAC nem às autarquias regionais com competência legislativa.

No debate com Gisela Stuart foram abordadas várias questões, a saber:

- Alguns Membros puseram em dúvida a eficácia de um eventual mecanismo de alerta precoce baseado na proposta da Comissão, tendo em conta que muitas vezes é o prosseguimento do processo legislativo (e, por conseguinte, a intervenção do Conselho e do Parlamento) que está

na origem do excesso de pormenor das normas comunitárias. Além disso, o exemplo austríaco foi referido como ilustração dos limites deste método de controlo precoce: trata-se de um sistema de consulta prévia generalizada dos *Länder*, que alegadamente se tem revelado insuficiente.

- Vários oradores insistiram na importância de se reforçar a função primordial dos parlamentos nacionais: controlar a actividade europeia dos respectivos executivos. Alguns fizeram notar que o envio directo das propostas legislativas pela Comissão facilitaria o exercício do controlo.
- Foi igualmente evocada a problemática de uma eventual participação das regiões com competência legislativa no controlo da subsidiariedade.
- Alguns Membros puseram a tónica na complementaridade entre os temas abordados pelos dois grupos de trabalho, já que uma delimitação mais clara das competências deve ser acompanhada de um controlo jurisdicional eficaz.

Troca de impressões com Jean-Claude Piris, Director do Serviço Jurídico do Conselho, sobre a questão do acervo comunitário

Na reunião do Grupo realizada em 17 de Julho, fora suscitada a questão de saber se o acervo comunitário deve continuar a ser considerado "intocável" ou se se deve proceder à sua actualização ou alteração.

J.-C. Piris explicou a génese e o desenvolvimento histórico do conceito de acervo comunitário para concluir pela possibilidade – que continua aberta – de o alterar ou actualizar.

No decurso do debate com Jean-Claude Piris, alguns oradores abordaram a questão das consequências do desaparecimento da base jurídica sobre a legislação com ela relacionada, que exigiria que se previssem disposições transitórias adequadas.

Foi igualmente evocada a possibilidade de introduzir uma hierarquia entre duas partes distintas dos tratados.

Debate geral

O debate seguiu a lógica do documento apresentado pelo Presidente H. Christophersen, sob a forma de questionário destinado a facilitar a redacção das conclusões do Grupo, e do documento de Peter Altmaier. Convém recordar que este último documento se baseia na ideia, amplamente partilhada no âmbito do Grupo, de redigir um novo capítulo do futuro tratado consagrado às competências, que ilustre os princípios gerais e, se for caso disso, prescrições específicas para o exercício das competências pela União.

No decurso do debate:

- Verificou-se um consenso sobre a ideia de alterar a denominação das competências "complementares", incompreensível para o público.
- Foi amplamente aceite a necessidade de se manter uma cláusula de flexibilidade do sistema, inspirada no actual artigo 308.º.
- Verificou-se uma larga maioria a favor da inserção no Tratado da (já designada) "cláusula Christophersen", que constitui para alguns uma alternativa válida às propostas de inclusão no Tratado de uma lista de competências dos Estados ou mesmo de redacção de uma carta dos direitos dos Estados-Membros. Em contrapartida, o debate não foi concludente no que diz respeito às menções específica a incluir numa cláusula desse tipo. Para a maioria dos membros do Grupo, a cláusula deve ser tão breve e genérica quanto possível, na linha do actual n.º 3 do artigo 6.º do TUE.
- Continuaram a registar-se opiniões diferentes quanto às possibilidades práticas ou às modalidades de associação de um tipo de intervenção ou de um determinado grau de intensidade da acção da União a um tipo de competência.
- Registou-se uma maioria favorável à manutenção das competências funcionais nos tratados, mas também da inserção no Tratado de uma cláusula dita "de concorrência", destinada a controlar o exercício deste tipo de base jurídica. A redacção desta cláusula deveria incluir os elementos já consagrados pela jurisprudência, e em particular o conceito de "centro de gravidade".
- As propostas de se abordar no Grupo de Trabalho o aditamento das novas competências complementares foram recusadas por vários oradores, que consideraram que tal ultrapassaria o mandato do Grupo.

- Foi recordado que as questões relativas aos instrumentos de acção, e concretamente ao método aberto de coordenação, corresponderiam melhor ao novo grupo sobre a simplificação dos procedimentos legislativos e dos instrumentos.

Conclusões operacionais

- Peter Altmaier ficou encarregado de apresentar na próxima reunião do Grupo, em colaboração com Paolo Ponzano, um projecto de "cláusula de concorrência".
- Tendo em vista a elaboração de um projecto de relatório pelo Presidente, os Membros poderão enviar os seus contributos para o Secretariado durante a semana de 9 a 13 de Setembro.
- O projecto de relatório do Presidente será enviado aos Membros na última semana de Setembro. Será analisado pelo Grupo na próxima reunião, agendada para 7 de Outubro, tendo em vista a sua aprovação na reunião de 30 de Outubro.